

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO N.º: 055/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE PARA AUXÍLIO NA FORMAÇÃO E ELABORAÇÃO DE CESTAS DE PREÇOS DAS COMPRAS PÚBLICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

1. INTRODUÇÃO

É O DOCUMENTO NECESSÁRIO PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS QUE DEVE CONTER OS PARÂMETROS E ELEMENTOS DESCRITIVOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM LEGISLAÇÃO PERTINENTE, SENDO DOCUMENTO CONSTITUTIVO DA FASE PREPARATÓRIA DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO. O TERMO DE REFERÊNCIA FOI REGULAMENTADO, EM CONFORMIDADE COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PELA IN N.º 081/2022/SEGES.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA À **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE PARA AUXÍLIO NA FORMAÇÃO E ELABORAÇÃO DE CESTAS DE PREÇOS DAS COMPRAS PÚBLICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA**, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

EM CASO DE DISCORDÂNCIA EXISTENTE ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS DESCRITOS NO COMPRAS GOVERNAMENTAIS E AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NESTE EDITAL, PREVALECERÃO AS DESCRIÇÕES DESDE EDITAL.

LOTE 01 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE PARA AUXÍLIO NA FORMAÇÃO E ELABORAÇÃO DE CESTAS DE PREÇOS DAS COMPRAS PÚBLICAS, PARA

ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.						
GRUPO	ITEM	SERVIÇOS:	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	SERVIÇOS DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE PARA AUXÍLIO NA FORMAÇÃO E ELABORAÇÃO DE CESTAS DE PREÇOS DAS COMPRAS PÚBLICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO.	MESES.	12	R\$ 2.288,98	R\$ 27.467,76
01	02	IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTOS.	UNID.	01	R\$ 2.316,42	R\$ 2.316,42
TOTAL						R\$ 29.784,18

3. DO PREÇO MÁXIMO

ORÇAMENTO REFERENCIAL: NÃO SIGILOSO

PARA O LEVANTAMENTO DOS VALORES, FORAM REALIZADOS ORÇAMENTOS JUNTO A INICIATIVA PRIVADA, ALÉM DE BUSCAS DE PREÇOS NA PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS, POSTERIORMENTE A PARTIR DA MÉDIA DOS ORÇAMENTOS ESTABELECEU-SE O VALOR ESTIMADO PARA SER LICITADO, SEGUNDO E ENTENDIMENTO DO TCU, NO ACÓRDÃO N.º 3068/2010-PLENÁRIO, AFIRMOU QUE “O PREÇO DE MERCADO É MAIS BEM REPRESENTADO PELA MÉDIA OU MEDIANA UMA VEZ QUE CONSTITUEM MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E, DESSA FORMA, REPRESENTAM DE UMA FORMA MAIS ROBUSTA OS PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO”, **VALOR MÁXIMO TOTAL R\$ 29.784,18 (VINTE E NOVE MIL, SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E DEZOITO CENTAVOS).**

NO VALOR ACIMA ESTÃO INCLUÍDAS TODAS AS DESPESAS ORDINÁRIAS DIRETAS E INDIRETAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO OBJETO, INCLUSIVE TRIBUTOS E/OU IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E COMERCIAIS INCIDENTES, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, FRETE, SEGURO E OUTROS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

OS SERVIÇOS OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO SÃO CARACTERIZADOS COMO COMUNS, CONFORME JUSTIFICATIVA CONSTANTE DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

O SERVIÇOS DESTA CONTRATAÇÃO NÃO SE ENQUADRA COMO SENDO DE BEM DE LUXO, CONFORME DECRETO N.º 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

4. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO SOFTWARE

DEVERÁ POSSUIR/DISPONIBILIZAR CATÁLOGO DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DE FORMA PADRONIZADA, COM DESCRIÇÕES, UNIDADES DE MEDIDAS E UNIDADES DE FORNECIMENTOS DENTRO DOS PADRÕES EXIGIDOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E DEMAIS ÓRGÃOS FISCALIZADORES, VISANDO MAIOR AGILIDADE NA FORMAÇÃO DE SOLICITAÇÕES/PEDIDOS DE COMPRAS PELAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTO DE COMPRAS DESTE MUNICÍPIO;

A EMPRESA DEVERÁ GERENCIAR OS REGISTROS, POSSIBILITANDO A SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO DE PRODUTOS/SERVIÇOS QUE NÃO CONSTE NO CATÁLOGO, DEVENDO RESPONDER À SOLICITAÇÃO NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO OU NEGANDO COM JUSTIFICATIVA E INDICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO QUE A SOLICITANTE DEVERÁ UTILIZAR.

DEVERÁ POSSUIR/DISPONIBILIZAR CATÁLOGO DE FORNECEDORES CONTENDO NO MÍNIMO: CPF/CNPJ, RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO (RUA, NÚMERO, BAIRRO, CEP, CIDADE). A EMPRESA DEVERÁ

GERENCIAR OS REGISTROS, POSSIBILITANDO A SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO DE FORNECEDOR QUE NÃO CONSTE NO CATÁLOGO, DEVENDO RESPONDER À SOLICITAÇÃO NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

POSSIBILITAR LISTAGEM DE FORNECEDORES POR OBJETO DE LICITAÇÃO, CONFORME ITENS HOMOLOGADOS/CONTRATADOS, CONSTANTE NA BASE DE DADOS DA PROPONENTE, POSSIBILITANDO QUE O MUNICÍPIO CONSIGA OBTER INFORMAÇÕES A CERCA DE FORNECEDORES QUE COMERCIALIZAM/FORNECEM DETERMINADO OBJETO DE LICITAÇÃO.

POSSIBILITAR LISTAGEM DE FORNECEDORES POR OBJETO DE LICITAÇÃO, CONFORME ITENS HOMOLOGADOS/CONTRATADOS, CONSTANTE NA BASE DE DADOS DA PROPONENTE, POSSIBILITANDO QUE O MUNICÍPIO CONSIGA OBTER INFORMAÇÕES A CERCA DE FORNECEDORES QUE COMERCIALIZAM/FORNECEM DETERMINADO OBJETO DE LICITAÇÃO.

POSSIBILITAR O CADASTRO DE COTAÇÕES/MÉDIAS DE PREÇOS (DENOMINADO **CESTA DE PREÇOS**), PERMITINDO O REGISTRO DA DESCRIÇÃO DO OBJETO, DA DATA, DO TIPO DE CÁLCULO A SER UTILIZADO, DO TIPO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E O ÍNDICE DE CORREÇÃO DE PREÇOS A SER APLICADO;

POSSIBILITAR A INCLUSÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM A CESTA DE PREÇOS, SELECIONANDO-OS DO CATÁLOGO DE PRODUTOS.

POSSIBILITAR A INCLUSÃO DOS FORNECEDORES PARA SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS E/OU QUE APRESENTARAM ORÇAMENTOS.

O SOFTWARE DEVERÁ POSSIBILITAR NO MÍNIMO 03 (TRÊS) TIPOS DE CÁLCULOS: **MÉDIA, MEDIANA E MENOR PREÇO.**

DEVERÁ POSSIBILITAR A ESCOLHA DO TIPO DE CORREÇÃO:

NÃO APLICAR: NÃO DEVERÁ SER APLICADO NENHUM TIPO DE CORREÇÃO DE PREÇOS NAS FONTES UTILIZADAS NA CESTA;

ITENS: QUANDO UTILIZADO ESSE TIPO DE CORREÇÃO, O SISTEMA DEVERÁ EXIBIR NOS RESULTADOS DAS PESQUISAS, O VALOR HOMOLOGADO/CONTRATADO E O VALOR CORRIGIDO (CONFORME ÍNDICE DE CORREÇÃO CADASTRADO NA CESTA DE PREÇOS). A CORREÇÃO DEVERÁ SER APLICADA TENDO COMO BASE INICIAL A DATA DE HOMOLOGAÇÃO, CONTRATAÇÃO OU OUTRA EQUIVALENTE DA FONTE DE PREÇOS SELECIONADA, DEVENDO HAVER CAMPO PARA INFORMAR A DATA BASE FINAL PARA CORREÇÃO MONETÁRIA;

CESTA DE PREÇOS: ESTA CORREÇÃO SERÁ APLICADA QUANDO HOUVER A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DA CESTA DE PREÇOS POR UM ÍNDICE, DEVENDO SER UTILIZADO COMO DATA BASE INICIAL A DATA DA CONCLUSÃO DA CESTA DE PREÇOS, DEVENDO HAVER CAMPO PARA INFORMAR A DATA BASE FINAL PARA CORREÇÃO MONETÁRIA.

POSSUIR AO MENOS OS SEGUINTE ÍNDICES DE CORREÇÕES: ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (**IPCA**) E ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - MERCADO (**IGP-M**).

QUANDO HOUVER APLICAÇÃO DE CORREÇÃO DE PREÇOS, DEVERÁ CONSTAR NO MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS VALORES CORRIGIDOS (CONFORME ÍNDICE E PERÍODO APLICADO).

O SISTEMA DEVERÁ POSSUIR RELATÓRIO ESPECÍFICO QUE APRESENTE: ITEM, DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO, FONTE DE PREÇOS, VALOR ORIGINAL, VALOR DA CORREÇÃO, VALOR CORRIGIDO.

POSSIBILITAR A IMPORTAÇÃO DE ITENS MEDIANTE LEITURA DE ARQUIVO EM FORMATO XLS/XLSX, PARA SER POSSÍVEL A MIGRAÇÃO DE DADOS ENTRE O SISTEMA DE COMPRAS UTILIZADO PELA PREFEITURA DESTE MUNICÍPIO E O SOFTWARE OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO;

POSSIBILITAR A DUPLICAÇÃO DE COTAÇÕES/MÉDIAS DE PREÇOS, PARA FINS DE APROVEITAMENTO DE TRABALHO ANTERIORMENTE REALIZADO, COM OPÇÃO PARA DUPLICAÇÃO COM TODAS AS INFORMAÇÕES, INCLUINDO AS FONTES DE PREÇOS CONTIDAS NA MÉDIA DE PREÇOS, OU APENAS DUPLICAÇÃO DOS ITENS (SEM MIGRAR INFORMAÇÕES DAS PESQUISAS).

MÓDULO PARA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS:

O SISTEMA DEVERÁ POSSUIR FERRAMENTA PARA COTAÇÃO ELETRÔNICA, POSSIBILITANDO O DISPARO DE E-MAIL (COM LINK PARA ACESSO AO SISTEMA/APLICATIVO DE COTAÇÃO) PARA OS FORNECEDORES INCLUÍDOS NA CESTA DE PREÇOS;

DEVERÁ DISPONIBILIZAR SISTEMA/APLICATIVO PARA QUE OS FORNECEDORES POSSAM ELABORAR/PREENCHER AS COTAÇÕES DE PREÇOS.

- a) O ACESSO AO SISTEMA/APLICATIVO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA POR PARTE DOS FORNECEDORES DEVERÁ OCORRER POR MEIO DE LOGIN/SENHA.
- b) O SISTEMA/APLICATIVO DEVERÁ FORNECER SUPORTE PARA OS CADASTROS DE ACESSO, INCLUSIVE SUPORTE TÉCNICO DA LICITANTE QUANDO NECESSÁRIO.

A FERRAMENTA DE COTAÇÃO DEVERÁ APRESENTAR AO FORNECEDOR AS INFORMAÇÕES DO ORÇAMENTO: ENTIDADE SOLICITANTE, DATA, OBJETO, LISTA DE ITENS (ITEM, DESCRIÇÃO, UNIDADE DE MEDIDA, QUANTIDADE).

O SISTEMA/APLICATIVO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA DEVERÁ POSSIBILITAR AO FORNECEDOR O REGISTRO DE INFORMAÇÕES: MARCA OFERTADA, VALOR UNITÁRIO, VALOR TOTAL (CALCULADO AUTOMATICAMENTE), ALÉM DE CAMPO PARA OBSERVAÇÕES EM CADA ITEM.

- a) DEVERÁ POSSUIR CAMPO PARA REGISTRO: DO ENDEREÇO, CEP, CIDADE, PRAZO DE VALIDADE DA COTAÇÃO, NOME COMPLETO E CPF DO RESPONSÁVEL, LOCAL E DATA, ALÉM DE ESPAÇO PARA REGISTRO DE OBSERVAÇÕES DA COTAÇÃO DE PREÇOS.
- b) DEVERÁ POSSUIR AINDA CAMPO PARA INFORMAR O NÚMERO DE REGISTRO DA ANVISA NO ITEM, O QUAL SERÁ EXIGIDO DO FORNECEDOR QUANDO SE TRATAR DE COTAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

POSSIBILITAR A ENTREGA DA COTAÇÃO DE PREÇOS DO FORNECEDOR DE MODO DIGITAL (PDF), ASSINADO ELETRONICAMENTE.

DEVERÁ POSSIBILITAR TAMBÉM A TRANSMISSÃO DAS INFORMAÇÕES ALIMENTADAS PELO FORNECEDOR PARA A CESTA DE PREÇOS, EVITANDO A NECESSIDADE DE LANÇAMENTO POR PARTE DOS FUNCIONÁRIOS DESTA PREFEITURA.

a) AS INFORMAÇÕES DAS COTAÇÕES DOS FORNECEDORES SOMENTE PODERÃO MIGRAR PARA A CESTA DE PREÇOS A CRITÉRIO DO FUNCIONÁRIO DA PREFEITURA.

A FERRAMENTA DEVERÁ POSSUIR MECANISMO DE SEGURANÇA QUANTO À PROCEDÊNCIA DAS INFORMAÇÕES, EXIGINDO AUTENTICAÇÃO PARA TRANSMISSÃO DAS INFORMAÇÕES, PREFERENCIALMENTE, POR MEIO DE CERTIFICADO DIGITAL.

POSSIBILITAR O LANÇAMENTO DOS FORNECEDORES QUE APRESENTARAM COTAÇÕES DE PREÇOS, PERMITINDO O REGISTRO DOS VALORES UNITÁRIOS OFERTADOS PELOS FORNECEDORES EM CADA ITEM QUE COMPÕE A PESQUISA DE PREÇOS/CESTA DE PREÇOS (QUANDO NÃO FOR UTILIZADO O SISTEMA/APLICATIVO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA);

POSSIBILITAR A IMPORTAÇÃO DOS VALORES OFERTADOS PELOS FORNECEDORES MEDIANTE LEITURA DE ARQUIVOS EM FORMATO XLS/XLSX, VISANDO MAIOR AGILIDADE NO PROCEDIMENTO DE RECEBIMENTO DAS COTAÇÕES;

POSSUIR INTEGRAÇÃO COM PORTAIS DE COMPRAS PÚBLICAS, ENTRE OUTROS, OS LISTADOS ABAIXO, VISANDO CELERIDADE NAS BUSCAS DE PREÇOS DE CONTRATAÇÕES SIMILARES PARA FORMAÇÃO DA CESTA DE PREÇOS DAS COMPRAS DESTE MUNICÍPIO:

- PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL;
- PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (PNCP);
- BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS/SP (BECSP);
- PORTAL DE COMPRAS MG;
- COMPRAS PR E TCE/PR;
- BANCO DE PREÇOS EM SAÚDE (BPS);

DEVERÁ POSSUIR ACERVO DE PREÇOS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS/CONTRATOS) EFETUADAS POR PREFEITURAS E ÓRGÃOS QUE ESTEJAM DENTRO DO ESTADO DA FEDERAÇÃO DESTE MUNICÍPIO E EM ESTADOS CIRCUNVIZINHOS.

POSSUIR EM SUA BASE DE DADOS AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NA TABELA CMED DA ANVISA, A QUAL PODERÁ SER OBTIDA NO LINK <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>.

a) A PROPONENTE FICARÁ RESPONSÁVEL POR MANTER AS INFORMAÇÕES DA TABELA CMED ATUALIZADAS NO SOFTWARE.

b) O SISTEMA DEVERÁ POSSIBILITAR CONSULTA NA TABELA CMED ATRAVÉS DO: NÚMERO DE REGISTRO DO PRODUTO, PRINCÍPIO ATIVO, DESCRIÇÃO DO PRODUTO, DESCRIÇÃO DA APRESENTAÇÃO.

DEVERÁ APRESENTAR DURANTE AS PESQUISAS DE PREÇOS, EM TABELA/CAMPO SEPARADO DAS DEMAIS FONTES, O VALOR DA MÉDIA DO PRODUTO/SERVIÇO EM CESTAS DE PREÇOS ANTERIORES EFETUADAS POR ESTE MUNICÍPIO (COMPATÍVEL COM O PRODUTO/SERVIÇO PESQUISADO), APRESENTANDO A DESCRIÇÃO DO ITEM, A UNIDADE DE MEDIDA, A QUANTIDADE, O VALOR MÉDIO OBTIDO NA ÉPOCA E A DATA DA CONCLUSÃO DA CESTA.

PARA OS ITENS DE OBJETOS COMUNS (PARÁGRAFO ABAIXO), O SOFTWARE DEVERÁ APRESENTAR RESULTADOS DE FONTES DE PREÇOS AUTOMATICAMENTE, SENDO NECESSÁRIO APENAS A INCLUSÃO DOS ITENS, ORIUNDOS DO CATÁLOGO PADRONIZADO DE PRODUTOS/SERVIÇOS, NA LISTA DA CESTA DE PREÇOS, OU SEJA, DISPENSANDO A NECESSIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS QUE FARÃO USO DO SOFTWARE, DE EFETUAREM BUSCAS/PESQUISAS, EXIBINDO RESULTADOS PRECISOS CONFORME DESCRIÇÃO E UNIDADE DE MEDIDA/FORNECIMENTO DOS PRODUTOS CONSTANTES NA LISTA DA CESTA DE PREÇOS, EXIGINDO DOS USUÁRIOS APENAS A SELEÇÃO DOS PREÇOS CONFORME CRITÉRIO PRÓPRIO.

CONSIDERAM-SE OBJETOS COMUNS:

- GÊNEROS ALIMENTÍCIOS;
- MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA;
- MATERIAIS DE COPA E COZINHA;
- APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS;
- MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM;
- MATERIAIS DE EXPEDIENTE;
- MATERIAIS DIDÁTICOS E/OU PEDAGÓGICOS;
- MATERIAIS DE INFORMÁTICA E/OU PROCESSAMENTO DE DADOS;
- MATERIAIS ESPORTIVOS;
- MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO;
- MATERIAIS ELÉTRICOS/ELETRÔNICOS;
- MATERIAIS HIDRÁULICOS;
- MEDICAMENTOS;
- MATERIAIS FARMACOLÓGICOS;
- MATERIAIS HOSPITALARES;
- MATERIAIS ODONTOLÓGICOS;
- MATERIAIS LABORATORIAIS;
- MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO;
- COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS;
- ÓLEOS LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS;

- PNEUS AUTOMOTIVOS;
- BATERIAS AUTOMOTIVAS;

POSSIBILITAR OBTER A **MÉDIA PONDERADA** DO BPS - BANCO DE PREÇOS EM SAÚDE, MEDIANTE CONSULTA PELO CÓDIGO BR DO PRODUTO. A APLICAÇÃO DEVERÁ DISPONIBILIZAR A **MÉDIA PONDERADA** DO BPS SEM O USO DE FERRAMENTAS EXTERNAS, OU SEJA, DEVERÁ DISPONIBILIZAR A INFORMAÇÃO EM SUA PRÓPRIA FERRAMENTA.

EM RELAÇÃO AO BPS - BANCO DE PREÇOS EM SAÚDE, A FERRAMENTA DEVERÁ APRESENTAR A **MÉDIA PONDERADA** DOS PREÇOS PRATICADOS DE FORMA SIMILAR AO OBTIDO ATRAVÉS DO USO DA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL (<http://bps.saude.gov.br/visao/consultaPublica/index.jsf>), NÃO SENDO ACEITÁVEL APENAS A APRESENTAÇÃO DE PREÇOS INDIVIDUAIS DAS CONTRATAÇÕES COMO FONTE A SER UTILIZADO COMO PARÂMETRO DE PREÇO.

A SOLUÇÃO OFERTADA NÃO PODERÁ PERMITIR A ESCOLHA DOS PREÇOS PARA FORMAÇÃO DA MÉDIA PONDERADA DO BPS, DEVENDO ESSA SER OBTIDA COM AS MESMAS OPÇÕES DE FILTROS EXISTENTES NA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL (<http://bps.saude.gov.br/visao/consultaPublica/index.jsf>).

POSSIBILITAR INCLUSÃO DE PERCENTUAL PARA ATIVAR ALERTA DE VALORES DESTOANTES ENTRE OS PREÇOS INFORMADOS QUE FORMAM A MÉDIA DO ITEM, DEVENDO APRESENTAR ALERTA ENTRE RELAÇÃO AOS PREÇOS ENTRE SI, COMO TAMBÉM, ALERTA DE PERCENTUAL DE DIFERENÇA EM RELAÇÃO AO PREÇO DA FONTE E A MÉDIA OBTIDA NO ITEM.

POSSUIR FERRAMENTA DE ANÁLISE CRÍTICA DAS MÉDIAS DE PREÇOS, MOSTRANDO TODAS AS FONTES OBTIDAS EM CADA ITEM E O PERCENTUAL DE DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES APRESENTADOS, PERMITINDO A EXCLUSÃO DO PREÇO DO CÁLCULO DA MÉDIA (AÇÃO A SER EXECUTADA PELOS USUÁRIOS DO SOFTWARE), MANTENDO O VALOR NA TABELA DE MÉDIA DE PREÇOS, MAS DESCONSIDERANDO O MESMO PARA FINS DE OBTENÇÃO DO VALOR MÉDIO DO ITEM;

POSSIBILITAR A IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM ARQUIVOS NO FORMATO XLS/XLSX.

POSSIBILITAR A EMISSÃO DE RELATÓRIO DAS FONTES DE PREÇOS.

POSSIBILITAR A EMISSÃO DO MAPA DE MÉDIA DE PREÇOS, CONTENDO TODOS OS ITENS E FONTES OBTIDAS, E AINDA, INFORMAÇÃO DO PERCENTUAL DE DIFERENÇA ENTRE O PREÇO MÉDIO E O MENOR PREÇO OBTIDO NO ITEM;

DISPONIBILIZAR TODOS OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS FONTES DE PREÇOS UTILIZADAS, TAIS COMO, CONTRATOS, ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS, TERMOS DE HOMOLOGAÇÕES OU DOCUMENTOS EQUIVALENTES, DEVENDO OS MESMOS SEREM EXTRAÍDOS DOS PORTAIS UTILIZADOS E ANEXADOS A CESTA DE PREÇOS REGISTRADA NA PRÓPRIA FERRAMENTA.

NÃO SERÁ ACEITO APENAS A INDICAÇÃO DO LINK DA ORIGEM DO DOCUMENTO PARA COMPROVAÇÃO DO MESMO. O SOFTWARE DEVERÁ SER CAPAZ DE EFETUAR AS EXTRAÇÕES DOS ARQUIVOS E ANEXÁ-LOS NA CESTA DE PREÇOS, DE MODO QUE, SEMPRE QUE NECESSÁRIO, SEJA POSSÍVEL VERIFICAR

TODOS OS ARQUIVOS DE UMA ÚNICA VEZ, SEM A NECESSIDADE DE ABRIR CADA LINK PARA SE OBTER A COMPROVAÇÃO DA FONTE.

ALÉM DOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS, A EMPRESA DEVERÁ:

MANTER REGISTRADO EM SUA BASE DE DADOS OS RESULTADOS DE LICITAÇÕES INSTAURADAS PELA PREFEITURA DESTE MUNICÍPIO, A FIM DE SE OBTER A MÉDIA DE PREÇOS DOS PRODUTOS CONTRATADOS (MÉDIA HISTÓRICA);

POSSIBILITAR A CONSULTA DO HISTÓRICO DE PREÇOS PRATICADOS PELO MUNICÍPIO EM LICITAÇÕES ANTERIORES.

OS REQUISITOS NÃO SERÃO CONSIDERADOS PARA FINS COMPROBATÓRIOS DOS REQUISITOS MÍNIMOS, DEVENDO A LICITANTE MELHOR CLASSIFICADA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS APÓS ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO, EFETUAR O REGISTRO NO SISTEMA, DE TODAS AS CONTRATAÇÕES EFETUADAS POR ESTE MUNICÍPIO NOS ÚLTIMOS 12 (DOZE) MESES, COMO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO E CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE.

O NÃO CUMPRIMENTO DO QUE TRATA O PARÁGRAFO ACIMA CARACTERIZARÁ FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OCASIONARÁ PENALIDADES PREVISTAS NO EDITAL.

5. DA IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTOS

A CONTRATADA DEVERÁ EFETUAR TODO TRABALHO DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTOS PARA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DESTE MUNICÍPIO QUE IRÃO FAZER USO DO SOFTWARE.

A IMPLANTAÇÃO DEVERÁ OCORRER NO PRAZO DE **5 (CINCO) DIAS ÚTEIS** CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO A SER FIRMADO.

O TREINAMENTO A SER EFETUADO PELA CONTRATADA SERÁ AGENDADO PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, O QUAL DEVERÁ OCORRER DE FORMA PRESENCIAL EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA PREFEITURA. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR UM TÉCNICO PARA A CAPACITAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS QUE FARÃO USO DO SOFTWARE NO DIA E HORÁRIO DEFINIDO PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS.

DA MANUTENÇÃO

A SOLUÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR A CESSÃO DE USO DE SOFTWARE, ALÉM DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, POR **12 (DOZE) MESES**, CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO A SER FIRMADO.

DAS ATUALIZAÇÕES

AS ATUALIZAÇÕES DEVERÃO CONTEMPLAR AS NOVAS VERSÕES DA SOLUÇÃO, ALÉM DE RECEBER CORREÇÕES, NOVAS TECNOLOGIAS DESENVOLVIDAS E EVOLUÇÕES DE SEGURANÇA.

A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR AS NOVAS VERSÕES E ATUALIZAÇÕES DA SOLUÇÃO À PREFEITURA DESTE MUNICÍPIO, NO MESMO MOMENTO EM QUE ELAS FOREM CONCLUÍDAS.

TODA MANUTENÇÃO (CORRETIVA, PREVENTIVA, EVOLUTIVA E ADAPTATIVA) FICARÁ A CARGO DA CONTRATADA, SEM ÔNUS ADICIONAL.

DO SUPORTE TÉCNICO

O SUPORTE TÉCNICO DEVERÁ SER DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

SEMPRE QUE SOLICITADO PELA CONTRATANTE, A CONTRATADA DEVERÁ AUXILIAR NAS PESQUISAS DE PREÇOS, NOS CASOS EM QUE OCORRAM DIFICULDADES POR PARTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DESTE MUNICÍPIO EM ENCONTRAR FONTES DE PREÇOS, DEVENDO A CONTRATANTE NO **PRAZO DE 07 (SETE) DIAS ÚTEIS**, INDEPENDENTEMENTE DA QUANTIDADE DE ITENS, A CONCLUSÃO DAS PESQUISAS DE PREÇOS, COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) FONTES DISTINTAS EM CADA ITEM, OU JUSTIFICATIVA CABÍVEL QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL SE OBTER AS TRÊS FONTES, DEVIDO PARTICULARIDADES DO ITEM, **NÃO PODENDO HAVER LIMITAÇÃO QUANTO À QUANTIDADE DE PROCESSOS E ITENS A SEREM AUXILIADOS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO.**

O AUXÍLIO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ACIMA NÃO EXIMIRÁ A CONTRATANTE DAS RESPONSABILIDADES PELAS PESQUISAS E FORMAÇÃO DAS CESTAS DE PREÇOS, CABENDO AOS SERVIDORES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS, A VALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS, A ANÁLISE CRÍTICA E FINALIZAÇÃO DA CESTA. AINDA AS PESQUISAS, QUANDO OCORREREM, DEVERÃO ATENDER AOS PADRÕES EXIGIDOS PELA CONTRATANTE, A QUAL SEGUE AS ORIENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÕES, EM ESPECÍFICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, DEVENDO UTILIZAR-SE DE PREÇOS DE CONTRATAÇÕES EFETUADAS POR ÓRGÃOS QUE ESTEJAM DENTRO DO ESTADO DA FEDERAÇÃO DESTE MUNICÍPIO, OU, EM CASOS EXCEPCIONAIS, EM ESTADOS CIRCUNVIZINHOS.

DEVERÃO SER INFORMADOS À CONTRATANTE OS CONTATOS DO SUPORTE TÉCNICO DA SOLUÇÃO, A SER PRESTADO POR MEIO DOS CANAIS: CENTRAL DE ATENDIMENTO, E-MAIL E PRESENCIAL, CASO O PROBLEMA NÃO POSSA SER RESOLVIDO POR MEIO ELETRÔNICO, NO HORÁRIO COMPREENDIDO ENTRE 7H E 17H.

APÓS DISPONIBILIZADO, O SUPORTE TÉCNICO DEVERÁ PERMANECER DISPONÍVEL POR TODO O PERÍODO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL, APTO A ATENDER AS DÚVIDAS DOS USUÁRIOS E PROBLEMAS RELACIONADOS AO SOFTWARE CONTRATADO.

A CONTRATADA DEVERÁ PRESTAR ATENDIMENTO À CONTRATANTE, ININTERRUPTAMENTE, NOS HORÁRIOS ESPECIFICADOS ACIMA PARA O SUPORTE TÉCNICO, E RESOLVER QUALQUER REQUISIÇÃO, INCIDENTE OU PROBLEMA COM A SOLUÇÃO EM ATÉ 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS.

O SUPORTE ONLINE DEVERÁ DISPONIBILIZAR FERRAMENTA DE ACESSO REMOTO E PROPORCIONAR O REFERIDO ACESSO QUANDO SOLICITADO, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO.

AS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS DEVERÃO SER COMUNICADAS À PREFEITURA DESTE MUNICÍPIO COM ANTECEDÊNCIA DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.

AS MANUTENÇÕES EMERGENCIAIS DEVERÃO SER COMUNICADAS À PREFEITURA DESTE MUNICÍPIO, COM AS JUSTIFICATIVAS PARA TANTO, A FIM DE POSSIBILITAR A AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS.

DA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DO SOFTWARE

SERÁ CONVOCADA A LICITANTE MELHOR CLASSIFICADA NO CERTAME PARA EFETUAR, NO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, APRESENTAÇÃO VISANDO A AVALIAÇÃO TÉCNICA DO SOFTWARE.

EM FACE DA ESSENCIALIDADE DOS SERVIÇOS LICITADOS E VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO CONSISTENTE E ÍNTEGRA, A AVALIAÇÃO SE DARÁ NOS ITENS CONSIDERADOS REQUISITOS MÍNIMOS, QUE SÃO OBRIGATÓRIOS E REPRESENTAM AS FUNCIONALIDADES ESSENCIAIS À ANÁLISE DO PRODUTO. ESTES DEVERÃO SER 100% ATENDIDOS PELA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR DURANTE A DEMONSTRAÇÃO.

A LICITANTE QUE NÃO ATENDER AOS REQUISITOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS EM SUA PLENITUDE SERÁ DESCLASSIFICADA, SENDO CONVOCADA AS DEMAIS LICITANTES, OBEDECENDO À ORDEM CLASSIFICATÓRIA NO CERTAME, PARA EFETUAREM A APRESENTAÇÃO.

CONSIDERANDO QUE A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME IMPLICA POSTULADO DE BOA-FÉ PROCESSUAL E ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS, A PROVA DE CONCEITO OCORRERÁ DE FORMA PRESENCIAL, NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA.

A DEMONSTRAÇÃO DEVERÁ SER EXERCIDA POR REPRESENTANTE TÉCNICO DA LICITANTE, O QUAL DEVERÁ TER TOTAL DOMÍNIO DO SOFTWARE E PREPARO PARA ESCLARECER POSSÍVEIS DÚVIDAS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, NÃO SENDO ADMITIDA APRESENTAÇÃO POR MEIO DE CONEXÃO REMOTA, VÍDEO, TRANSMISSÃO ONLINE, OU QUALQUER OUTRA FORMA NA QUAL O RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA E CONDUTOR DA APRESENTAÇÃO NÃO SE FAÇA PRESENTE.

A APRESENTAÇÃO TERÁ DURAÇÃO DE ATÉ 02H (DUAS HORAS), PODENDO TER SEU TEMPO PRORROGADO A CRITÉRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, MEDIANTE SOLICITAÇÃO DA LICITANTE, CASO SE CONSTANTE QUE O TEMPO SEJA INSUFICIENTE PARA DEMONSTRAÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO OFERTADA.

É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA PROPONENTE SEGUIR O ROTEIRO DE APRESENTAÇÃO (CONSTANTE NESTE TERMO DE REFERÊNCIA), PREFERENCIALMENTE NA ORDEM SEQUENCIAL. CASO A PROPONENTE DEIXE DE APRESENTAR ALGUM ITEM CONSTANTE NO ROTEIRO DE APRESENTAÇÃO, SERÁ AVALIADO PELA COMISSÃO COMO REQUISITO NÃO ATENDIDO.

A PROPONENTE DEVERÁ CONCEDER ESPAÇO AO TÉRMINO DA APRESENTAÇÃO DE CADA ITEM PARA EVENTUAIS QUESTIONAMENTOS DA COMISSÃO. A FALTA DE QUESTIONAMENTOS POR PARTE DA COMISSÃO NÃO SIGNIFICARÁ QUE A LICITANTE CUMPRIU O SOLICITADO NO ITEM, SENDO QUE ESTES SERVIRÃO APENAS PARA TOTAL ESCLARECIMENTO SOBRE O REQUISITO EM QUESTÃO.

A COMISSÃO PODERÁ SOLICITAR A REAPRESENTAÇÃO DE DETERMINADO ITEM A FIM DE ESCLARECER POSSÍVEIS DÚVIDAS.

A SESSÃO DE DEMONSTRAÇÃO É PÚBLICA, SENDO PERMITIDO O SEU ACOMPANHAMENTO POR QUAISQUER INTERESSADOS, NÃO SENDO PERMITIDA A INTERVENÇÃO DURANTE A EXECUÇÃO DA ANÁLISE. EVENTUAIS MANIFESTAÇÕES PODERÃO SER APRESENTADAS APÓS O TÉRMINO DA DEMONSTRAÇÃO E/OU PROTOCOLADAS ATÉ O PRIMEIRO DIA ÚTIL POSTERIOR AO ENCERRAMENTO DA MESMA.

OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS (COMPUTADOR/DATA SHOW/TELA DE PROJEÇÃO, ETC), SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA PROPONENTE, ASSIM COMO OS DADOS NECESSÁRIOS PARA DEMONSTRAÇÃO. CABERÁ A PREFEITURA, APENAS A DISPONIBILIZAÇÃO DO LOCAL COM MESAS E CADEIRAS, PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA DE CONCEITO.

SOMENTE SERÁ CONCEDIDA UMA ÚNICA OPORTUNIDADE DE REALIZAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO PARA A EMPRESA PROPONENTE. EM CASO DE IMPEDITIVO TÉCNICO PONTUAL, O ITEM PODERÁ SER RETOMADO ATÉ O FINAL DA DEMONSTRAÇÃO, FICANDO PRECLUSA OPORTUNIDADE DE NOVA DEMONSTRAÇÃO POSTERIOR.

EM CASO DE NÃO COMPARECIMENTO INJUSTIFICADO DA LICITANTE PARA EXECUÇÃO DA PROVA DE CONCEITO EM DATA E HORA MARCADA, A EMPRESA SERÁ IMEDIATAMENTE DESCLASSIFICADA.

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO CONSIGNARÁ SUA DECISÃO EM ATA A SER ELABORADA EM SESSÃO RESERVADA, DECLARANDO: SE ATENDE OU NÃO ATENDE O REQUISITO. A COMISSÃO TERÁ O PRAZO DE ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA DE CONCEITO.

DO ROTEIRO DA APRESENTAÇÃO

O ROTEIRO DA APRESENTAÇÃO DEVERÁ CONTEMPLAR A SIMULAÇÃO COMPLETA DE UMA CESTA DE PREÇOS, CONFORME SE SEGUE:

APRESENTAR O CATÁLOGO DE PRODUTOS, EXIBINDO-OS POR OBJETO DE LICITAÇÃO;

APRESENTAR O CATÁLOGO DE FORNECEDORES, LISTANDO-OS POR OBJETO DE LICITAÇÃO E POR PRODUTO/SERVIÇO;

EFETUAR O REGISTRO DE UMA CESTA DE PREÇOS NO SISTEMA, INFORMANDO: DATA, DESCRIÇÃO DO OBJETO, TIPO DE CÁLCULO, TIPO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E ÍNDICE DE CORREÇÃO A SER UTILIZADO;

REGISTRAR NO MÍNIMO 07 (SETE) ITENS, SELECIONANDO-OS DO CATÁLOGO DE PRODUTOS, SENDO NO MÍNIMO 05 (CINCO) ITENS DE OBJETOS COMUNS;

OS ITENS A SEREM UTILIZADOS NA APRESENTAÇÃO SERÃO DEFINIDOS PELA COMISSÃO NO ATO DA AVALIAÇÃO, MOMENTO EM QUE O REPRESENTANTE DA EMPRESA DEVERÁ INDAGAR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA INFORMAR OS PRODUTOS QUE DESEJA EFETUAR A SIMULAÇÃO;

REGISTRAR NO MÍNIMO 03 (TRÊS) FORNECEDORES (SELECIONANDO-OS DO CATÁLOGO DE FORNECEDORES);

REGISTRAR PREÇOS NOS ITENS DE 01 (UM) FORNECEDOR;

CRIAR UM FORNECEDOR FICTÍCIO E DISPARAR E-MAIL DE SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO (E-MAIL DA PREFEITURA A SER INFORMADO NO ATO DA APRESENTAÇÃO), COM O LINK PARA ACESSO AO SISTEMA/APLICATIVO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA.

UM MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO IRÁ ACESSAR O SISTEMA/APLICATIVO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA E ALIMENTARÁ AS INFORMAÇÕES (SIMULANDO SER UM FORNECEDOR).

A FERRAMENTA DE COTAÇÃO DEVERÁ APRESENTAR AO FORNECEDOR AS INFORMAÇÕES DO ORÇAMENTO: ENTIDADE SOLICITANTE, DATA, OBJETO, LISTA DE ITENS (ITEM, DESCRIÇÃO, UNIDADE DE MEDIDA, QUANTIDADE).

O SISTEMA/APLICATIVO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA DEVERÁ POSSIBILITAR O REGISTRO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COTAÇÃO DE PREÇOS, SENDO ELAS: MARCA OFERTADA, NÚMERO DE REGISTRO DA ANVISA (QUE SERÁ NECESSÁRIO INFORMAR NAS COMPRAS DE MEDICAMENTOS), VALOR UNITÁRIO, VALOR TOTAL (CALCULADO AUTOMATICAMENTE), ALÉM DE CAMPO PARA OBSERVAÇÕES EM CADA ITEM, ENDEREÇO, CEP, CIDADE, PRAZO DE VALIDADE DA COTAÇÃO, NOME COMPLETO E CPF DO RESPONSÁVEL.

APÓS O MEMBRO DA COMISSÃO CONCLUIR O REGISTRO DAS INFORMAÇÕES E CONCLUSÃO DA COTAÇÃO, DEVERÁ SER APRESENTADO PELO LICITANTE O ARQUIVO DIGITAL DA COTAÇÃO (PDF) ASSINADO ELETRONICAMENTE.

MIGRAR INFORMAÇÕES LANÇADAS NO SISTEMA/APLICATIVO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA PARA A CESTA DE PREÇOS.

APRESENTAR TELA PARA SELEÇÃO DE PREÇOS DOS ITENS COMUNS, COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) FONTES DISTINTAS DE PREÇOS;

CONSIDERAM-SE FONTES DISTINTAS DE PREÇOS AQUELAS CITADAS ACIMA DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA, AS QUAIS DEVERÃO SER EXIBIDAS DE FORMAS DISTINTAS, EM ABAS OU COLUNAS INDIVIDUAIS, DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM O NOME DA FONTE DE PREÇOS.

OS RESULTADOS DE FONTES DE PREÇOS DOS ITENS COMUNS DEVERÃO SER PRECISOS, COM SIMILARIDADE AO PRODUTO PESQUISADO.

EFETUAR A PESQUISA DE FONTES E SELEÇÃO DE PREÇOS PARA OS ITENS NÃO COMUNS, COM NO MÍNIMO 03 (TRÊS) FONTES DISTINTAS DE PREÇOS;

PARA OS ITENS DE MEDICAMENTOS, APRESENTAR A MEDIANA DO BPS (EM ABA/TABELA SEPARADA).

APRESENTAR O PREÇO MÉDIO DEFINIDO EM CESTA DE PREÇOS ANTERIORES.

EFETUAR ANÁLISE CRÍTICA, INFORMANDO O PERCENTUAL DE ALERTA DE PREÇOS DESTOANTES, A SER INDICADO PELA COMISSÃO, EFETUANDO A RETIRADA DOS PREÇOS E INFORMANDO O MOTIVO;

APRESENTAR CONSULTA DA TABELA CMED DENTRO DA APLICAÇÃO.

APRESENTAR RELATÓRIOS DAS FONTES DE PREÇOS UTILIZADAS NA CESTA;

APRESENTAR RELATÓRIO DE MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS (EM FORMATO DE TABELA CONFORME MODELO ABAIXO), DEVENDO CONTER, ALÉM DE TODAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AO CADASTRO DA CESTA DE PREÇOS: DESCRIÇÃO DOS ITENS, UNIDADE DE FORNECIMENTO, QUANTIDADE, VALORES UNITÁRIOS SELECIONADOS EM CADA FONTE DE PREÇOS, DESTAQUE NOS ITENS QUE FORAM RETIRADOS NA ANÁLISE CRÍTICA, MÉDIA DE CADA ITEM, VALOR TOTAL DO ITEM, VALOR TOTAL DA CESTA DE PREÇOS;

MODELO DE MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

ÓRGÃO:												
OBJETO:												
TIPO DE CÁLCULO: () MÉDIA () MEDIANA () MENOR PREÇO									DATA: __/__/__			
Lote	Item	Descrição	Unid	Qtde	Nome fornecedor 1	Nome fornecedor 2	Nome fornecedor 3	Nome fonte 1	Nome fonte 2	Nome fonte 3	Preço Médio	Valor Total
TOTAL												

APRESENTAR OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS FONTES DE PREÇOS UTILIZADAS NA CESTA.

EFETUAR DUPLICAÇÃO DA CESTA DE PREÇOS.

EFETUAR O REAJUSTE DA CESTA DE PREÇOS UTILIZANDO O ÍNDICE IPCA.

O REAJUSTE DEVERÁ SER APLICADO EM TODOS OS PREÇOS SELECIONADOS NOS ITENS COMPÕE A CESTA.

DEVERÁ SER APRESENTADO O RELATÓRIO.

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PODERÁ SOLICITAR APRESENTAÇÃO DE ITEM NÃO CONTEMPLADO NO ROTEIRO, PARA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS (CONSTANTE NO ITEM 3 DESTE TERMO DE REFERÊNCIA).

DO SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

A SOLUÇÃO DEVERÁ SER PROVIDA DE REQUISITOS DE SEGURANÇA, COMO CONTROLE DE ACESSO, AUTENTICAÇÃO COM O USO DE CREDENCIAIS DE USUÁRIO E SENHA.

A CONTRATADA NÃO PODERÁ SE UTILIZAR DA PRESENTE CONTRATAÇÃO PARA OBTENÇÃO QUALQUER ACESSO NÃO AUTORIZADO ÀS INFORMAÇÕES.

A CONTRATADA NÃO PODERÁ VEICULAR PUBLICIDADE ACERCA DO FORNECIMENTO A SER CONTRATADO, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO, POR ESCRITO, DA PREFEITURA DESTE MUNICÍPIO.

É DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA GARANTIR A INTEGRIDADE E O SIGILO DAS INFORMAÇÕES PORVENTURA CONTIDAS EM EQUIPAMENTOS QUE SEJAM RETIRADOS DAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO.

A CONTRATADA É RESPONSÁVEL CIVIL, PENAL E ADMINISTRATIVA QUANTO À DIVULGAÇÃO INDEVIDA OU NÃO AUTORIZADA DE INFORMAÇÕES, REALIZADA POR ELA OU POR SEUS EMPREGADOS.

É DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA GARANTIR QUE AS INFORMAÇÕES POR ELA OBTIDAS EM DECORRÊNCIA DA EXECUÇÃO DESTA CONTRATAÇÃO SEJAM MANTIDAS EM SIGILO, NÃO PODENDO SER DIVULGADAS, EXCETO SE PREVIAMENTE ACORDADO, POR ESCRITO, ENTRE AS PARTES CONTRATANTES.

6. DA QUALIFICAÇÃO

OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO SERÃO PREVISTOS NO EDITAL DE LICITAÇÃO, DETALHANDO AS REGRAS QUE SERÃO APLICADAS EM CONFORMIDADE COM LEI N.º 14.133, DE 2021.

7. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DA CONTRATAÇÃO SERÁ DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DOS DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS.

8. DA GESTÃO DO CONTRATO

O CONTRATO DEVERÁ SER EXECUTADO FIELMENTE PELAS PARTES, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS AVENÇADAS E AS NORMAS DA LEI N.º 14.133, DE 2021, E CADA PARTE RESPONDERÁ PELAS CONSEQUÊNCIAS DE SUA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL.

EM CASO DE IMPEDIMENTO, ORDEM DE PARALISAÇÃO OU SUSPENSÃO DO CONTRATO, O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SERÁ PRORROGADO AUTOMATICAMENTE PELO TEMPO CORRESPONDENTE, ANOTADAS TAIS CIRCUNSTÂNCIAS MEDIANTE SIMPLES APOSTILA.

AS COMUNICAÇÕES ENTRE O ÓRGÃO OU ENTIDADE E A CONTRATADA DEVEM SER REALIZADAS POR ESCRITO SEMPRE QUE O ATO EXIGIR TAL FORMALIDADE, ADMITINDO-SE O USO DE MENSAGEM ELETRÔNICA PARA ESSE FIM.

O ÓRGÃO OU ENTIDADE PODERÁ CONVOCAR REPRESENTANTE DA EMPRESA PARA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS QUE DEVAM SER CUMPRIDAS DE IMEDIATO.

9. PREPOSTO

A CONTRATADA DESIGNARÁ FORMALMENTE O PREPOSTO DA EMPRESA, ANTES DO INÍCIO DOS FORNECIMENTOS, INDICANDO NO INSTRUMENTO OS PODERES E DEVERES EM RELAÇÃO À EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.

A CONTRATADA DEVERÁ MANTER PREPOSTO DA EMPRESA NO LOCAL DA EXECUÇÃO DO OBJETO DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO.

A CONTRATANTE PODERÁ RECUSAR, DESDE QUE JUSTIFICADAMENTE, A INDICAÇÃO OU A MANUTENÇÃO DO PREPOSTO DA EMPRESA, HIPÓTESE EM QUE A CONTRATADA DESIGNARÁ OUTRO PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE.

10. FISCALIZAÇÃO

A EXECUÇÃO DO CONTRATO DEVERÁ SER ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO(S) FISCAL(IS) DO CONTRATO, OU PELOS RESPECTIVOS SUBSTITUTOS (LEI N.º 14.133, DE 2021, ART. 117, CAPUT).

COM FULCRO NO DECRETO N.º 2.709/2019 DE 22 DE AGOSTO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE ROTINAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NO MUNICÍPIO DE

NOVO ITACOLOMI/PR, COMBINADO COM O § 1º DA PORTARIA N.º 1441/2023-GP, DE 04 DE AGOSTO DE 2023, QUE FAZ A DESIGNAÇÃO LEGAL DO FISCAL E SEU SUBSTITUTO E DO GESTOR E SEU SUBSTITUTO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DESTA MUNICIPALIDADE, VISANDO GARANTIR A ADEQUADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE BENS; VERIFICAR A REGULARIDADE DAS OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS E TRABALHISTAS, BEM COMO APOIAR A INSTRUÇÃO PROCESSUAL RELATIVA À REPACTUAÇÃO, ALTERAÇÃO, REEQUILÍBRIO, PRORROGAÇÃO, PAGAMENTO, EVENTUAL APLICAÇÃO DE SANÇÕES, EXTINÇÃO DOS CONTRATOS, DENTRE OUTRAS, COM VISTA A ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS AVENÇADAS E A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS RELATIVOS AO OBJETO, FICA INDICADO PARA REALIZAREM O ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO ENTABULADO POR ESTA MUNICIPALIDADE:

FISCAL DO CONTRATO: EDVALDO MICHELIN;

FISCAL SUBSTITUTO: DOMINGOS SAVIO DE ANDRADE;

GESTOR DO CONTRATO: RENILDO FERREIRA DOS ANJOS;

GESTOR SUBSTITUTO: VALDINEI JOSE VALENTE.

11. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO ACOMPANHARÁ A EXECUÇÃO DO CONTRATO, PARA QUE SEJAM CUMPRIDAS TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO CONTRATO, DE MODO A ASSEGURAR OS MELHORES RESULTADOS PARA A ADMINISTRAÇÃO.

O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO ANOTARÁ NO HISTÓRICO DE GERENCIAMENTO DO CONTRATO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO, COM A DESCRIÇÃO DO QUE FOR NECESSÁRIO PARA A REGULARIZAÇÃO DAS FALTAS OU DOS DEFEITOS OBSERVADOS. (LEI N.º 14.133, DE 2021, ART. 117, §1º);

IDENTIFICADA QUALQUER INEXATIDÃO OU IRREGULARIDADE, O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO EMITIRÁ NOTIFICAÇÕES PARA A CORREÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO, DETERMINANDO PRAZO PARA A CORREÇÃO.

O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO INFORMARÁ AO GESTOR DO CONTRATO, EM TEMPO HÁBIL, A SITUAÇÃO QUE DEMANDAR DECISÃO OU ADOÇÃO DE MEDIDAS QUE ULTRAPASSEM SUA COMPETÊNCIA, PARA QUE ADOTE AS MEDIDAS NECESSÁRIAS E SANEADORAS, SE FOR O CASO.

NO CASO DE OCORRÊNCIAS QUE POSSAM INVIABILIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO NAS DATAS APRAZADAS, O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO COMUNICARÁ O FATO IMEDIATAMENTE AO GESTOR DO CONTRATO.

O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO COMUNICARÁ AO GESTOR DO CONTRATO, EM TEMPO HÁBIL, O TÉRMINO DO CONTRATO SOB SUA RESPONSABILIDADE, COM VISTAS À TEMPESTIVA RENOVAÇÃO OU À PRORROGAÇÃO CONTRATUAL.

12. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO VERIFICARÁ A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA, ACOMPANHARÁ O EMPENHO, O PAGAMENTO, AS GARANTIAS, AS GLOSAS E A FORMALIZAÇÃO DE APOSTILAMENTO E TERMOS ADITIVOS, SOLICITANDO QUAISQUER DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS PERTINENTES, CASO NECESSÁRIO.

CASO OCORRA DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, O FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO ATUARÁ TEMPESTIVAMENTE NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA, REPORTANDO AO GESTOR DO CONTRATO PARA QUE TOME AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS, QUANDO ULTRAPASSAR A SUA COMPETÊNCIA.

13. GESTOR DO CONTRATO

O GESTOR DO CONTRATO COORDENARÁ A ATUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO CONTENDO TODOS OS REGISTROS FORMAIS DA EXECUÇÃO NO HISTÓRICO DE GERENCIAMENTO DO CONTRATO, A EXEMPLO DA ORDEM DE SERVIÇO, DO REGISTRO DE OCORRÊNCIAS, DAS ALTERAÇÕES E DAS PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS, ELABORANDO RELATÓRIO COM VISTAS À VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÕES DO CONTRATO PARA FINS DE ATENDIMENTO DA FINALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO.

O GESTOR DO CONTRATO ACOMPANHARÁ OS REGISTROS REALIZADOS PELOS FISCAIS DO CONTRATO, DE TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AS MEDIDAS ADOTADAS, INFORMANDO, SE FOR O CASO, À AUTORIDADE SUPERIOR ÀQUELAS QUE ULTRAPASSAREM A SUA COMPETÊNCIA.

O GESTOR DO CONTRATO ACOMPANHARÁ A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA, PARA FINS DE EMPENHO DE DESPESA E PAGAMENTO, E ANOTARÁ OS PROBLEMAS QUE OBSTEM O FLUXO NORMAL DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO DA DESPESA NO RELATÓRIO DE RISCOS EVENTUAIS.

O GESTOR DO CONTRATO EMITIRÁ DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA AVALIAÇÃO REALIZADA PELOS FISCAIS TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E SETORIAL QUANTO AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELO CONTRATADO, COM MENÇÃO AO SEU DESEMPENHO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL, BASEADO NOS INDICADORES OBJETIVAMENTE DEFINIDOS E AFERIDOS, E A EVENTUAIS PENALIDADES APLICADAS, DEVENDO CONSTAR DO CADASTRO DE ATESTO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES.

O GESTOR DO CONTRATO TOMARÁ PROVIDÊNCIAS PARA A FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO PARA FINS DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES, A SER CONDUZIDO PELA COMISSÃO DE QUE TRATA O ART. 158 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, OU PELO AGENTE OU PELO SETOR COM COMPETÊNCIA PARA TAL, CONFORME O CASO.

O GESTOR DO CONTRATO DEVERÁ ELABORAR RELATÓRIO FINAL COM INFORMAÇÕES SOBRE A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS QUE TENHAM JUSTIFICADO A CONTRATAÇÃO E EVENTUAIS CONDUTAS A SEREM ADOTADAS PARA O APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO.

O GESTOR DO CONTRATO DEVERÁ ENVIAR A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AO SETOR DE CONTRATOS PARA A FORMALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO, NO VALOR DIMENSIONADO PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO NOS TERMOS DO CONTRATO.

14. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO UTILIZARÁ O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, PELA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE EXECUTADA E CONSEQUENTE ACEITAÇÃO PELOS RECEBEDORES, QUE DEVERÁ SER ANOTADA EM “RELATÓRIO” A SER EFETIVADO PELA CONTRATADA, VISANDO O CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS, QUE DEVERÃO OBSERVAR AS ESPECIFICAÇÕES DESTES INSTRUMENTO E AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, LEI FEDERAL N.º 8.078 DE 11/09/90, QUANDO FOR O CASO.

SERÁ INDICADA A RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO, PROPORCIONAL À IRREGULARIDADE VERIFICADA, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES CABÍVEIS, CASO SE CONSTATE QUE A CONTRATADA:

NÃO PRODUZIR OS RESULTADOS ACORDADOS,

DEIXAR DE EXECUTAR, OU NÃO EXECUTAR COM A QUALIDADE MÍNIMA EXIGIDA AS ATIVIDADES CONTRATADAS; OU

DEIXAR DE UTILIZAR MATERIAIS E RECURSOS HUMANOS EXIGIDOS PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO, OU UTILIZÁ-LOS COM QUALIDADE OU QUANTIDADE INFERIOR À DEMANDADA.

15. DO RECEBIMENTO

OS SERVIÇOS SERÃO RECEBIDOS MENSALMENTE, DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE HORAS TRABALHADAS, ATÉ O QUINTO DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQUENTE, DEVENDO A NOTA FISCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS SER EMITIDA ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS EM EXERCÍCIO, DEVIDAMENTE ATESTADA PELO FISCAL DO CONTRATO.

OS SERVIÇOS SERÃO RECEBIDOS PROVISORIAMENTE, NO PRAZO DE 03 DIAS, PELOS FISCALIS TÉCNICO E ADMINISTRATIVO, MEDIANTE TERMOS DETALHADOS, QUANDO VERIFICADO O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE CARÁTER TÉCNICO E ADMINISTRATIVO. (ART. 140, I, A, DA LEI N.º 14.133, DE 2021).

O PRAZO DA DISPOSIÇÃO ACIMA SERÁ CONTADO DO RECEBIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE COBRANÇA ORIUNDA DO CONTRATADO COM A COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS A QUE SE REFEREM A PARCELA A SER PAGA.

O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO REALIZARÁ O RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO DO CONTRATO MEDIANTE TERMO DETALHADO QUE COMPROVE O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE CARÁTER TÉCNICO.

O FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO REALIZARÁ O RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO DO CONTRATO MEDIANTE TERMO DETALHADO QUE COMPROVE O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE CARÁTER ADMINISTRATIVO.

O FISCAL SETORIAL DO CONTRATO, QUANDO HOUVER, REALIZARÁ O RECEBIMENTO PROVISÓRIO SOB O PONTO DE VISTA TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.

PARA EFEITO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, AO FINAL DE CADA PERÍODO DE FATURAMENTO, O FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO IRÁ APURAR O RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DA EXECUÇÃO DO OBJETO E, SE FOR O CASO, A ANÁLISE DO DESEMPENHO E QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS EM CONSONÂNCIA COM OS INDICADORES PREVISTOS, QUE PODERÁ RESULTAR NO REDIMENSIONAMENTO DE VALORES A SEREM PAGOS À CONTRATADA, REGISTRANDO EM RELATÓRIO A SER ENCAMINHADO AO GESTOR DO CONTRATO.

SERÁ CONSIDERADO COMO OCORRIDO O RECEBIMENTO PROVISÓRIO COM A ENTREGA DO TERMO DETALHADO OU, EM HAVENDO MAIS DE UM A SER FEITO, COM A ENTREGA DO ÚLTIMO;

O CONTRATADO FICA OBRIGADO A REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, RECONSTRUIR OU SUBSTITUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO TODO OU EM PARTE, O OBJETO EM QUE SE VERIFICAREM VÍCIOS, DEFEITOS OU INCORREÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO OU MATERIAIS EMPREGADOS, CABENDO À FISCALIZAÇÃO NÃO ATESTAR A ÚLTIMA E/OU ÚNICA MEDIÇÃO DE SERVIÇOS ATÉ QUE SEJAM SANADAS TODAS AS EVENTUAIS PENDÊNCIAS QUE POSSAM VIR A SER APONTADAS NO RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

A FISCALIZAÇÃO NÃO EFETUARÁ O ATESTE DA ÚLTIMA E/OU ÚNICA MEDIÇÃO DE SERVIÇOS ATÉ QUE SEJAM SANADAS TODAS AS EVENTUAIS PENDÊNCIAS QUE POSSAM VIR A SER APONTADAS NO RECEBIMENTO PROVISÓRIO. (ART. 119 C/C ART. 140 DA LEI N.º 14133, DE 2021)

O RECEBIMENTO PROVISÓRIO TAMBÉM FICARÁ SUJEITO, QUANDO CABÍVEL, À CONCLUSÃO DE TODOS OS TESTES DE CAMPO E À ENTREGA DOS MANUAIS E INSTRUÇÕES EXIGÍVEIS.

OS SERVIÇOS PODERÃO SER REJEITADOS, NO TODO OU EM PARTE, QUANDO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES.

QUANDO A FISCALIZAÇÃO FOR EXERCIDA POR UM ÚNICO SERVIDOR, O TERMO DETALHADO DEVERÁ CONTER O REGISTRO, A ANÁLISE E A CONCLUSÃO ACERCA DAS OCORRÊNCIAS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM RELAÇÃO À FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA E DEMAIS DOCUMENTOS QUE JULGAR NECESSÁRIOS, DEVENDO ENCAMINHÁ-LOS AO GESTOR DO CONTRATO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO.

OS SERVIÇOS SERÃO RECEBIDOS DEFINITIVAMENTE NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO, POR SERVIDOR OU COMISSÃO DESIGNADA PELA AUTORIDADE COMPETENTE, APÓS A VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DO SERVIÇO E CONSEQUENTE ACEITAÇÃO MEDIANTE TERMO DETALHADO, OBEDECENDO OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

EMITIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA AVALIAÇÃO REALIZADA PELOS FISCAIS TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E SETORIAL, QUANDO HOUVER, NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELO CONTRATADO, COM MENÇÃO AO SEU DESEMPENHO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL, BASEADO EM INDICADORES OBJETIVAMENTE DEFINIDOS E AFERIDOS, E A EVENTUAIS PENALIDADES APLICADAS, DEVENDO CONSTAR DO CADASTRO DE ATESTO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES, CONFORME REGULAMENTO.

REALIZAR A ANÁLISE DOS RELATÓRIOS E DE TODA A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA FISCALIZAÇÃO E, CASO HAJA IRREGULARIDADES QUE IMPEÇAM A LIQUIDAÇÃO E O PAGAMENTO DA DESPESA, INDICAR AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS PERTINENTES, SOLICITANDO À CONTRATADA, POR ESCRITO, AS RESPECTIVAS CORREÇÕES;

EMITIR TERMO DETALHADO PARA EFEITO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, COM BASE NOS RELATÓRIOS E DOCUMENTAÇÕES APRESENTADAS; E

COMUNICAR A EMPRESA PARA QUE EMITA A NOTA FISCAL OU FATURA, COM O VALOR EXATO DIMENSIONADO PELA FISCALIZAÇÃO.

ENVIAR A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AO SETOR DE CONTRATOS PARA A FORMALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO, NO VALOR DIMENSIONADO PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO.

NO CASO DE CONTROVÉRSIA SOBRE A EXECUÇÃO DO OBJETO, QUANTO À DIMENSÃO, QUALIDADE E QUANTIDADE, DEVERÁ SER OBSERVADO O TEOR DO ART. 143 DA LEI N.º 14.133, DE 2021, COMUNICANDO-SE À EMPRESA PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL NO QUE PERTINE À PARCELA INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO DO OBJETO, PARA EFEITO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO.

NENHUM PRAZO DE RECEBIMENTO OCORRERÁ ENQUANTO PENDENTE A SOLUÇÃO, PELO CONTRATADO, DE INCONSISTÊNCIAS VERIFICADAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO OU NO INSTRUMENTO DE COBRANÇA.

O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO NÃO EXCLUIRÁ A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA SOLIDEZ E PELA SEGURANÇA DO SERVIÇO NEM A RESPONSABILIDADE ÉTICO-PROFISSIONAL PELA PERFEITA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

16. DA LIQUIDAÇÃO

RECEBIDA A NOTA FISCAL OU DOCUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, CORRERÁ O PRAZO DE (10) DEZ DIAS ÚTEIS PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO.

O PRAZO DE QUE TRATA O ITEM ANTERIOR SERÁ REDUZIDO À METADE, MANTENDO-SE A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO, NOS CASOS DE CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE DESPESAS CUJOS VALORES NÃO ULTRAPASSEM O LIMITE DE QUE TRATA O INCISO II DO ART. 75 DA LEI N.º 14.133, DE 2021.

PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO, O SETOR COMPETENTE DEVE VERIFICAR SE A NOTA FISCAL OU FATURA APRESENTADA EXPRESSA OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS E ESSENCIAIS DO DOCUMENTO, TAIS COMO:

O PRAZO DE VALIDADE;

A DATA DA EMISSÃO;

OS DADOS DO CONTRATO E DO ÓRGÃO CONTRATANTE;

O PERÍODO RESPECTIVO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO;

O VALOR A PAGAR; E

EVENTUAL DESTAQUE DO VALOR DE RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS CABÍVEIS.

HAVENDO ERRO NA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA, OU CIRCUNSTÂNCIA QUE IMPEÇA A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, ESTA FICARÁ SOBRESTADA ATÉ QUE O CONTRATADO PROVIDENCIE AS MEDIDAS SANEADORAS, REINICIANDO-SE O PRAZO APÓS A COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, SEM ÔNUS À CONTRATANTE;

A NOTA FISCAL OU FATURA DEVERÁ SER OBRIGATORIAMENTE ACOMPANHADA DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, CONSTATADA POR MEIO DE CONSULTA ON-LINE AO SICAF OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO AO REFERIDO SISTEMA, MEDIANTE CONSULTA AOS SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS OU À DOCUMENTAÇÃO MENCIONADA NO ART. 68 DA LEI N.º 14.133/2021.

A ADMINISTRAÇÃO DEVERÁ REALIZAR CONSULTA AO SICAF PARA: A) VERIFICAR A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO EXIGIDAS; B) IDENTIFICAR POSSÍVEL RAZÃO QUE IMPEÇA A CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, TAIS COMO A PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO OU COM O PODER PÚBLICO, BEM COMO OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS (INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

CONSTATANDO-SE, JUNTO AO SICAF, A SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE DO CONTRATADO, SERÁ PROVIDENCIADA SUA NOTIFICAÇÃO, POR ESCRITO, PARA QUE, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, REGULARIZE SUA SITUAÇÃO OU, NO MESMO PRAZO, APRESENTE SUA DEFESA. O PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO UMA VEZ, POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DO CONTRATANTE.

NÃO HAVENDO REGULARIZAÇÃO OU SENDO A DEFESA CONSIDERADA IMPROCEDENTE, O CONTRATANTE DEVERÁ COMUNICAR AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL QUANTO À INADIMPLÊNCIA DO CONTRATADO, BEM COMO QUANTO À EXISTÊNCIA DE PAGAMENTO A SER EFETUADO, PARA QUE SEJAM ACIONADOS OS MEIOS PERTINENTES E NECESSÁRIOS PARA GARANTIR O RECEBIMENTO DE SEUS CRÉDITOS.

PERSISTINDO A IRREGULARIDADE, O CONTRATANTE DEVERÁ ADOTAR AS MEDIDAS NECESSÁRIAS À RESCISÃO CONTRATUAL NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO CORRESPONDENTE, ASSEGURADA AO CONTRATADO A AMPLA DEFESA.

HAVENDO A EFETIVA EXECUÇÃO DO OBJETO, OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS NORMALMENTE, ATÉ QUE SE DECIDA PELA RESCISÃO DO CONTRATO, CASO O CONTRATADO NÃO REGULARIZE SUA SITUAÇÃO JUNTO AO SICAF.

17. PRAZO DE PAGAMENTO

O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA FINALIZAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA.

NO CASO DE ATRASO PELO CONTRATANTE, OS VALORES DEVIDOS AO CONTRATADO SERÃO ATUALIZADOS MONETARIAMENTE ENTRE O TERMO FINAL DO PRAZO DE PAGAMENTO ATÉ A DATA DE SUA EFETIVA REALIZAÇÃO, MEDIANTE APLICAÇÃO DO ÍNDICE INPC DE CORREÇÃO MONETÁRIA.

18. FORMA DE PAGAMENTO

O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO ATRAVÉS DE ORDEM BANCÁRIA, PARA CRÉDITO EM BANCO, AGÊNCIA E CONTA CORRENTE INDICADOS PELO CONTRATADO.

SERÁ CONSIDERADA DATA DO PAGAMENTO O DIA EM QUE CONSTAR COMO EMITIDA A ORDEM BANCÁRIA PARA PAGAMENTO.

QUANDO DO PAGAMENTO, SERÁ EFETUADA A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E/OU DESPESAS BANCÁRIA ORIUNDAS DAS TRANSAÇÕES REALIZADAS.

INDEPENDENTEMENTE DO PERCENTUAL DE TRIBUTO INSERIDO NA PLANILHA, QUANDO HOUVER, SERÃO RETIDOS NA FONTE, QUANDO DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO, OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

O CONTRATADO REGULARMENTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123, DE 2006, NÃO SOFRERÁ A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA QUANTO AOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ABRANGIDOS POR AQUELE REGIME. NO ENTANTO, O PAGAMENTO FICARÁ CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO, POR MEIO DE DOCUMENTO OFICIAL, DE QUE FAZ JUS AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO PREVISTO NA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR.

19. DA VIGÊNCIA

O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE DA DATA DE SUA ASSINATURA.

O CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO HÁBIL QUE O SUBSTITUA OFERECE MAIOR DETALHAMENTO DAS REGRAS QUE SERÃO APLICADAS EM RELAÇÃO À VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO.

NOVO ITACOLOMI/PR., AOS 11 DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2024.

MOACIR ANDREOLLA
PREFEITO MUNICIPAL

Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador:
<https://novoitacolomi.oxy.elotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=aeac6756-30a0-4493-9e6a-bbafae2cff05>

